

PETIÇÃO INICIAL DE PENSÃO POR MORTE - UNIÃO ESTÁVEL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA
COMARCA DE _____

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

FALECIDO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

DATA DO FALECIMENTO: _____

NÚMERO DO BENEFÍCIO DO INSS (se houver): _____

I – DOS FATOS

1. O Requerente conviveu em união estável com o falecido, conforme demonstram os documentos anexos, caracterizando-se como companheiro(a) na forma da legislação vigente.
2. O falecido era segurado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, estando o Requerente na qualidade de seu dependente para fins previdenciários.
3. O falecimento do segurado ocorreu em decorrência de _____, conforme atestado de óbito anexo.
4. O Requerente faz jus ao benefício de pensão por morte, conforme previsto na Lei nº 8.213/91 e alterações posteriores, bem como no artigo 1.790 do Código Civil.

II – DO DIREITO

1. A união estável é reconhecida como entidade familiar para todos os efeitos legais, conforme o artigo 226, §3º da Constituição Federal e artigo 1.723 do Código Civil.
2. O artigo 16 da Lei nº 8.213/91 estabelece que são dependentes do segurado para fins previdenciários, além dos filhos e equiparados, o cônjuge e o companheiro(a).
3. O artigo 1.790 do Código Civil assegura ao companheiro(a) os direitos sucessórios em

igualdade com o cônjuge, garantindo a proteção patrimonial após o falecimento.

4. A jurisprudência pacífica reconhece o direito à pensão por morte para companheiro(a) em união estável, desde que comprovada a convivência pública, contínua e duradoura.

III – DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

1. Certidão de óbito do falecido;
2. Documentos pessoais do Requerente;
3. Comprovantes de residência conjunta;
4. Declarações e/ou contratos que comprovem a união estável;
5. Documentação previdenciária do falecido;
6. Outros documentos que comprovem a dependência econômica e convivência.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O reconhecimento judicial da união estável entre o Requerente e o falecido, com todos os efeitos legais;
2. A concessão do benefício de pensão por morte em favor do Requerente, com o pagamento das parcelas vencidas desde a data do óbito;
3. A citação do INSS para que se manifeste sobre o pedido e cumpra as obrigações legais;
4. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, pericial e testemunhal, se necessário;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso o Requerente não possua condições de arcar com as custas do processo;
6. A condenação do INSS ao pagamento dos valores atrasados corrigidos e com juros legais;
7. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito, nos termos da legislação vigente.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/pensao-por-morte-uniao-estavel/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.